



JUDITH BUTLER E A TEORIA *QUEER*: CRÍTICAS EPISTEMOLÓGICAS À PROBLEMÁTICA DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

José Paulo Alexandre de Barros Júnior ¹

Thaynã Emanoela Guedes Carneiro ²

INTRODUÇÃO

A trajetória de pesquisa de Judith Butler trouxe amplas contribuições para o estudo de gênero e sexualidade, a partir da sua teoria crítica, que provocou uma revolução no pensamento filosófico e acadêmico, a partir de epistemologias que questionam instituições, doutrinas e concepções essencialistas acerca dessas categorias. Sendo uma das pioneiras da Teoria *Queer*, Butler chama a atenção para a postulada “heteronormatividade compulsória”, responsável por regular o gênero em categorias binárias (homem/mulher), excluindo-se outras possibilidades de performances e representações identitárias.

Possibilitando ressignificar o ideal do sujeito a partir de uma “construção variável da identidade” (BUTLER, 2010, p. 23), ela aponta a necessidade de pensar as categorias de gênero em termos que não seriam mais fixos. Nessa perspectiva, a identidade deixa de ser pensada “em termos estáveis ou permanentes” (p.18), e o gênero passa a ser definido como uma categoria performática, que é socialmente construída. Portanto, não é possível concebê-lo como natural, visto que a performance pressupõe seu caráter mutável/contestável e as verdades impostas tratam-se apenas de uma mediação cultural estabelecida por marcadores biológicos.

As epistemologias pressupostas por Butler alicerçam-se a crítica pós-identitária do sujeito, no sentido questionar e desnaturalizar essências do ser e do desejo, postuladas pela norma hegemônica. Tais questionamentos possibilitam compreender aqueles sujeitos que se narram ou são narrados fora das normas e excluídos das esferas de representações sociais por subverterem o ideal postulado como única essência do viver.

É, inclusive, a partir desse aspecto questionador da teoria *Queer*, que intersecciona-se tais saberes construídos para o campo da educação, a fim de (re)pensar metodologias e estratégias de ensino não-normativas e questionar a heteronormatividade compulsória no currículo e na própria arquitetura do campo de ensino, bem como as abjeções oriundas de um

¹ Graduando do Curso de letras da Universidade de Pernambuco - UPE, josepauloj08@gmail.com;

² Graduada pelo Curso de letras da Universidade de Pernambuco - UPE, thayguedesc@gmail.com;



sistema de ensino que ignora práticas e performances extremamente subversivas. Então, como pensar a educação a partir das epistemologias críticas de Butler? Quais são as contribuições epistemológicas da teoria *Queer* frente à problemática de gênero na educação Brasileira?

Desta maneira, o presente trabalho tem como objetivo compreender as contribuições do pensamento de Judith Butler por meio da teoria *Queer*, enquanto epistemologia combativa ao processo disciplinador e excludente da educação, na atual ascensão da ideologia conservadora no Brasil. Logo, procura-se, além de compreender tais contribuições, analisar os ataques fundamentalistas oriundos de correntes conservadoras que objetivam cercear esse debate na educação.

Justifica-se a importância desta pesquisa, pois atualmente o Brasil testemunha, mais do que nunca, retrocessos e ataques reacionários à educação, por meio de projetos políticos que ameaçam proibir a promoção da igualdade e da diversidade nos espaços escolares por meio da educação de gênero e sexualidade. Compreendendo o gênero como uma categoria inerente às relações humanas e a educação crítica como processo essencial para a garantia do direito à cidadania, tal relação é essencial em termos de combate à falta de representação e a violências que cercam o ambiente escolar.

METODOLOGIA

A fim de sanar tais inquietações e atingir os objetivos propostos, realizou-se um estudo de cunho bibliográfico com o intuito de compreender quais são os pressupostos epistemológicos na obra de Butler (2010, 2015, 2016), passíveis a ser interseccionados para o campo da crítica à problemática de gênero na educação brasileira. Utilizamos também como referência, autorxs que dialogam com a sua perspectiva de gênero no campo da teoria *Queer*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É fato que toda a discussão voltada para criação ou promoção de políticas públicas no Brasil, não tem entrado em um consenso acerca da temática de gênero e sexualidade. Tal temática tem sido motivo para inúmeras polêmicas e enfrenta, principalmente nos últimos anos, ataques reacionários oriundos grupos conservadores e de discursos fundamentalistas. Integrado a narrativa desses discursos como “ideologia de gênero”, o estudo de gênero e sexualidade vem



sendo desqualificado e caracterizado como uma idéia totalmente subversiva, que atenta contra a “ordem natural” dos corpos e atributos tradicionalmente construídos.

Tais tentativas de desestruturar os pressupostos estabelecidos pelos estudos de gênero e causar pânico moral, advém de "um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem universal" (Butler, 2010, p. 30). Portanto, usa-se tal retórica afim de deslegitimar os avanços elencados por esses estudos, através de conquistas que ampliaram o direito e a representativa participação de mulheres, do grupo LGBT e de outras identidades performáticas dissidentes do gênero e da sexualidade. Assim, o equívoco problemático da “ideologia de gênero” trata-se simplesmente de:

[U]m sintagma forjado para operar como uma arma política, enquanto dispositivo retórico, metadiscursivo, paródico e reacionário. Um dispositivo que, de um lado, age para conter ou anular o potencial crítico e emancipador do feminismo e dos estudos de Gênero e deslegitimar atores e reivindicações neles fundamentados. De outro enseja a valorização, o acúmulo e a recuperação de capital social e político por parte dos setores tradicionalistas e ultraconservadores – especialmente, o campo eclesiástico, interessado em manter e ampliar sua influência, inclusive em temas e espaços não estritamente religiosos ou que, em sociedades laicas, não deveriam ser religiosos, como a educação e a saúde pública. (JUNQUEIRA, 2017, p. 56).

Desta maneira, o termo não é reconhecido cientificamente e tais ataques são frutos de instituições reguladoras, fundados a partir de moral religiosa cristã, que defendem a heterossexualidade como uma imposição para a manutenção dos próprios privilégios e dogmas. A falsa defesa de um discurso neutro aplicado a educação, torna-se contraditória, pois invalidar a dimensão política da educação é assumir parte desse discurso conservador que atribui dispositivos disciplinadores e excludentes a sujeitos que escapam de tais imposições binárias.

Hoje, observa-se que a “Ideologia de gênero”, serviu de palanque para promoção política nas últimas eleições presidenciais e o combate contra o estímulo da discussão e ensino de gênero numa perspectiva não-binária em espaços escolares constitui parte da atual agenda conservadora presidencial. Entretanto, tal articulação política já vinha acontecendo há anos atrás, e o ato mais representativo dos últimos tempos aconteceu durante os debates acerca do Plano Nacional de Educação – PNE em 2014, que definia as metas para a educação até 2020. Devido a pressão de grupos religiosos e de bancadas antifeministas, houve a supressão de termos como “identidade de gênero” e “orientação sexual” do documento:

Pretende-se que os estudantes, ao terminarem o Ensino Fundamental, estejam aptos a *compreender a organização e o funcionamento de seu corpo* [...]. É também fundamental que tenham condições de assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que representem *autocuidado com seu corpo* e respeito com o corpo



do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde *física, mental, sexual e reprodutiva* (Brasil, 2017, 279; grifos meus).

Predomina-se então, uma visão biológica e determinista acerca das categorias de gênero e sexualidade, desconstruídas e criticadas amplamente por Butler, em Problemas de Gênero (2010), como já supracitado anteriormente. Tendo em vista que atualmente a democracia está sob ameaça desses dispositivos de controle social e que vivencia-se aqui conflitos políticos que opera através de uma retórica antipolítica, é necessário recorrer as concepções de Butler, no propósito de decolonizar o contexto educacional.

É nesse sentido, que Butler (2016) afirma que, os corpos que compõem o ambiente escolar estão relacionados “exposição compartilhada à precariedade”, cuja imposições de ideais e essências do ser masculino/feminino implicam numa obrigatoriedade mútua de construir condições igualitárias para convivência humana (BUTLER, 2016, p.38). Tal fato é fruto dessa ideologia da desigualdade, que exclui a performance de corpos, identidades e subjetividades nas políticas curriculares, que gera o não reconhecimento e deteriora a noção de pertencimento desses sujeitos a esse espaço. Trata-se de ideologias que violentam corpos a partir da precariedade e da materialização atribuída a estes corpos no processo de construção educativa.

Ao utilizar o conceito de precariedade, Butler refere-se a “condição compartilhada da vida humana (na verdade, como uma condição que une animais humanos e não humanos)” (BUTLER, 2016, p.30). A precariedade reverbera-se num contexto de não-reconhecimento, no qual tais sujeitos dissidentes são relegados à condição política de margem. Marginalizados, (sobre)vivem às consequências de instituições que os tornam vulneráveis à violações, são corpos que não importam (BUTLER, 2015).

Considerando a educação como um espaço de legitimação e validação e padrões a serem vividos, é essencial compreender que atitudes que desqualificam a pedagogia *queer*, responsável por ressignificar práticas não-normativas no que tange gênero, sexualidade e relações sociais, são atitudes que estão condizentes com ações políticas escolares que precarizam corpos, identidades e saberes que transcendem a arquitetura heteronormativa.

Condizente com uma educação heteronormativa, a educação brasileira presencia debates que instituem projetos de leis antidemocráticos que evidenciam essa precariedade através da proposição de práticas pedagógicas excludentes, estimulando um ensino sexista e LGBTfóbico. A perseguição a “conduta sexual, do gênero e das identidades raciais” (JUNQUEIRA, 2015, p. 39), ocasiona a exclusão de saberes que provocam transgressões críticas na forma de pensar e agir contra essa disciplinarização imperialista. Portanto, a partir dessa percepção, observa-se



que “quando algo apresenta-se como neutro, como “científico”, deve-se desconfiar de que foi feito numa perspectiva masculina, branca, ocidental, cristã e heterossexista” (MISKOLCI, 2015, p. 47).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o campo dos estudos de gênero, por meio das epistemologias teóricas de Judith Butler e da Teoria *Queer*, nos leva a complexificar à problemática de gênero e discursos antidemocráticos tão presentes na contemporaneidade. Tais estudos evidenciam que ataques reacionários na atual conjectura educacional brasileira limitam os horizontes pedagógicos mediante essa cruzada antigênero, que persegue, disciplina e torna vidas precárias.

É urgente propostas políticas de ensino que reconheçam o caráter performático dos corpos e problematize a seleção de práticas curriculares excludentes pautadas no binarismo de gênero. A escola não pode mais ignorar os novos sujeitos e as novas práticas da contemporaneidade e limitá-las em termos de representações ao ideal heteronormativo.

Palavras-chave: Gênero e sexualidade, Educação brasileira, Teoria Queer, Judith Butler.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Governo do. 2017. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Centro Gráfico.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. Corpos que ainda importam. In: COLLING, Leandro (org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, p. 19-41, 2016.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Ideologia de gênero: um dispositivo retórico de ofensiva antifeminista. In: DIAS, Alfrancio Ferreira; SANTOS, Elza Ferreira; CRUZ, Maria Helena S. **Gênero e sexualidades: entre invenções e desarticulações**. Aracaju: Editora IFS, 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Pedagogia do armário**. In: In: Revista cult: dossiê- ditadura heteronormativa, São Paulo-SP, Editora Briantine, n.202, ano 18, junho/2015. P.38-41



ISSN 2358-8829

**Educação como (re)Existência:
mudanças, conscientização e
conhecimentos.**

15, 16 e 17 de outubro de 2020

Centro Cultural de Exposições Ruth Cardoso - Maceió-AL

MISKOLCI, R. **Um aprendizado pelas diferenças.** 2 ed.. Belo Horizonte: Autêntica editora:
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.